

Turismo e desenvolvimento local – do discurso a eficácia

Adyr Balastreri Rodrigues¹

É preciso não se render a quem proclama que sonhar é uma forma de fugir do mundo e não de recriá-lo” Paulo Freire

1. *Palavras introdutórias*

O tema que vamos desenvolver sinaliza, ainda que brevemente, os princípios que regem o desenvolvimento com base local, alavancado basicamente pelo turismo.

Iniciamos com reflexões acerca do conceito de desenvolvimento, que é marcado por confusões semânticas, já na raiz do termo. Sinalizamos que o desenvolvimento local o qual preferimos chamar de *desenvolvimento com base local* é uma bandeira com nítido viés ideológico, cujo maior escopo é a inclusão social através da melhoria das condições de vida de unidades familiares de comunidades desprovidas de condições dignas de existência . Visto desta forma o desenvolvimento com base local é antes de tudo social, não se vinculando necessariamente a um crescimento econômico significativo. Para tratar da questão da pobreza, disseminada em escala mundial , inclusive em países ricos (por exemplo os bolses de pobreza das metrópoles) , não devemos , de modo algum, usar os mesmos paradigmas que a produziu.

No presente texto analisamos inicialmente as características econômicas e políticas estruturais que culminaram na globalização da economia, particularmente a partir das duas últimas décadas do século passado, cenário propício para a implantação do modelo de desenvolvimento do turismo capitaneado por capitais transacionais, ancorado no segmento sol e praia , marca dos megaempreendimentos nas regiões tropicais do Globo , conhecido também pelo rótulo “modelo Cancun” , tendo no Brasil sua maior representatividade na região Nordeste. A este modelo contrapõe-se uma outra proposta, que denominamos “ proposta humanista” , comprometida social e economicamente com o território circunscrito a uma microescala geográfica, onde se exerce o poder das comunidades locais através do empreendedorismo,

assentado em quatro pilares : marco valórico, marco material, marco sinérgico e marco endógeno, usando a terminologia sugerida por Boisier().

2. Desenho de um cenário onde emerge o desenvolvimento com base local

Após o término da segunda guerra mundial vive-se o período de grande prosperidade econômica que marca particularmente os países centrais do capitalismo, caracterizando-se por um grande desenvolvimento industrial paralelamente ao crescimento brutal do consumo, tanto para a satisfação das necessidades consideradas básicas , quanto para prover as elites de amenidades consumistas.

Estas características acirram-se , sobretudo, após a superação da crise dos anos 70, desencadeada pela elevação do preço do petróleo em escala internacional. Na esteira destes acontecimentos o modelo fordista, vigente até então, torna-se insustentável por várias condicionantes, dentre as quais elencamos:

- a- o acirramento dos movimentos sociais e a exigência de melhores condições de trabalho;
- b- a revolta contra o paternalismo patronal travestido de preocupações humanitárias;
- c- os movimentos ambientalistas que precedem a Eco-92, denunciando o uso indiscriminado dos recursos naturais não renováveis, em particular das fontes de energia;
- d- o exercício da criatividade e a flexibilidade no trabalho fabril ;
- e- o fantasma da superprodução ;
- f- a fabricação de novas necessidades para dinamizar o consumo.

As grandes plantas industriais dão lugar a instalações físicas menores, com menos operários, porém disseminadas pelo mundo em busca de vantagens comparativas e competitivas, além de força de trabalho barata, não politizada, eficiente e dócil. Daí sobrem a produção flexível e a terceirização, contando com força de trabalho precarizada a fim de eximir as empresas das suas obrigações trabalhistas.

¹ Professora Doutora junto ao Departamento de Geografia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. E. mail: ryda@terra.com.br

Toda esta reestruturação econômica e técnica vai revolucionar totalmente a estrutura econômica vigente em escala global, apoiando-se fundamentalmente em três pilares: na ciência, na técnica e na informação, associadas ao império das imagens que produzem poderosos ícones através do aperfeiçoamento do *design*, do marketing e da publicidade.

É sabido que nos países capitalistas o desenvolvimento se apresenta sempre desigual e combinado, uma vez que se apoia numa arquitetura social e territorial baseada na idéia de progresso e no crescimento econômico infinitos, ambos legitimados pelo modelo econômico vigente, que para se realizar apropria-se de recursos, freqüentemente de forma parasitária, de indivíduos e de comunidades que não reúnem condições de eficácia competitiva no mercado.

As apologéticas vantagens da acumulação material erigiram uma nova ética baseada no consumismo hedonista, traduzindo-se no domínio e no endeusamento de uma cultura tecnicista, pragmática e utilitarista, sedimentada no senso oportunista, marca registrada do comportamento social contemporâneo nas sociedades ditas avançadas, ou ainda em territórios social e economicamente privilegiados de países emergentes e pobres, onde coexistem temporalidades distintas na visão de Milton Santos ().

Deste processo, ainda em curso, decorrem basicamente dois grupos de denúncias e de cobranças: a tomada de consciência das agressões ambientais causadas pelo crescimento econômico a qualquer preço e o aumento da pobreza e da miséria em escala global, decorrente da dificuldade de engajamento no mercado de trabalho, modernizado tecnicamente e altamente competitivo, inclusive no espaço rural, culminando no fenômeno do desemprego estrutural. Assim são acirradas as preocupações ambientais juntamente com as preocupações sociais, clamando-se pela co-responsabilidade e pela ética do Estado e dos cidadãos, perpassando todas as instâncias – econômica, política, social, cultural, institucional, jurídica, ambiental.

Os Estados nacionais passam a assumir o papel de grandes empresas corporativas, isentando-se gradativamente das suas responsabilidades

básicas, ou seja, de zelar pelo bem-estar social. Na febre das políticas neoliberais as privatizações isentam o poder público de suas atribuições básicas. Chegam às raias do exagero ao privatizar-se, inclusive, os setores de saúde e de educação.

O Estado que de um plano superior vigiava e controlava a sociedade a partir do princípio da racionalidade “democratiza-se”, internaliza-se nas consciências, chega às ruas, entra nas casas e nos centros de trabalho, marca presença nos fóruns comunitários, onde supostamente os grupos assumem a tarefa honrosa de gerir seus próprios destinos, onde as comunidades anseiam tornar-se soberanas. “O Estado somos nós” apregoa-se com orgulho.

É no bojo destas transformações rápidas e radicais que dão-se os processos de descentralização administrativa, delegando-se poderes cada vez maiores aos níveis territoriais escalares político-administrativos cada vez menores. Difunde-se a ardilosa idéia de fortalecimento do poder local em sintonia com os interesses das comunidades alóctones, que são chamadas a assumir a responsabilidade de gerir seus próprios destinos – consuma-se assim a tão desejada gestão participativa territorial local, em escala municipal. Cabe aqui uma questão: não seria a apregoada descentralização, supostamente com fins democráticos, o sinal mais evidente da transformação do Estado em empresa, em todas as suas escalas de atuação?

Muitos teóricos críticos do processo de globalização observam que a chamada fragmentação consiste no fortalecimento das peculiaridades locais, processo visto como necessário, principalmente, à especialização da produção, funcionando não como contraponto à globalização no sentido de oposição, mas sim de complementaridade, ou seja, como faces de uma mesma moeda. Milton Santos foi um dos primeiros pensadores brasileiros a sinalizar este processo no evento *O novo mapa do mundo*, realizado em 1992, no Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Apesar disto Milton Santos sempre acreditou numa estratégia de resistência, que se contrapõe à captura do lugar pelo global através do exercício das *contrafinalidades*, que define como a mobilização do poder local no fortalecimento do *lugar*, única forma que o autor via de contrariar o poder hegemônico global.

3. O desenvolvimento com base local como bandeira de afirmação e de emancipação

➤ Considerações em torno do conceito de desenvolvimento local

O conceito de desenvolvimento traz sempre no seu bojo algumas ambigüidades. Pode sugerir des-envolvimento , ou seja, um processo de saída ou libertação das amarras, um desabrochar de indivíduos ou grupos. Sugere crescer de dentro para fora.

Porém pode, ao contrário, sugerir um desvencilhar , uma libertação do lugar , um crescimento de fora para dentro, no sentido de take-off ou arranque de Rostow. Ainda pode ser considerado como uma das fases do crescimento econômico da teoria linear proposta , há muito tempo por Colin Clark, o qual advogava que o subdesenvolvimento é apenas uma fase do desenvolvimento, desconsiderando que a economia capitalista se sustenta na unidade dos pares opostos , ou seja, na exploração dos países pobres pelos países ricos, ou dentro de um mesmo país a exploração regional interna, pela ótica da dialética do desenvolvimento desigual e combinado.

Neste sentido, apoia-se numa estruturação social e territorial baseada na idéia de progresso e no crescimento econômico infinitos, projeto que marcou a prosperidade de países centrais do capitalismo no pós segunda guerra mundial, como já acentuamos.

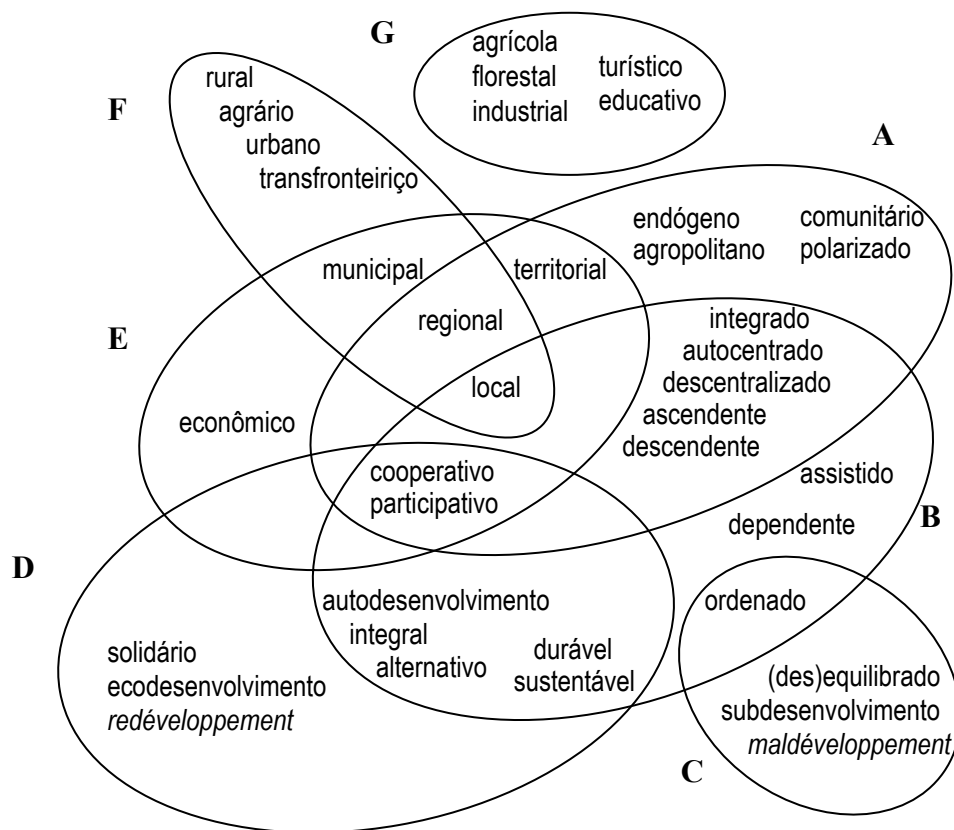
Moreno em varios dos seus trabalhos, particularmente na sua tese de doutorado (2002) enfatiza que o movimento de desenvolvimento local , que entendemos como desenvolvimento com base local, expressa-se por duas tendências que se complementam: - por um lado, na qualidade de movimento fundado na ideologia e por outro lado como um processo de reestruturação econômica e social em que a escala local ganha peso quanto à responsabilidade na concepção, implantação e gestão de projetos que mobilizem os recursos de um dado território, tanto físicos, quanto sociais.

No conceito enunciado o autor considera como elemento fundamental na valorização do território a gestão participativa de espaços rurais que se encontram em defasagem econômica, pois e assim que entendemos as áreas

de fraca intensidade de trabalho. Consequentemente podemos entender que tais áreas apresentariam também baixa produtividade da terra. Neste caso cabe o questionamento sobre o foco central do desenvolvimento local , ou seja, dependendo dos indicadores a serem considerados o viés pode ser ,sobretudo, econômico ou fundamentalmente social. No primeiro caso o crescimento econômico seria um fim em si mesmo, enquanto no segundo caso o desenvolvimento econômico é um meio para alavancar o desenvolvimento socioespacial, que sendo mais mais abrangente incorpora as dimensões sociais e culturais como prioritárias.

Assim, entendemos por desenvolvimento com base local a mobilização de um conjunto de sujeitos de uma determinada comunidade em torno de um objetivo comum, após o reconhecimento tanto dos entraves ao desenvolvimento , quanto do alavancagem das potencialidades locais para a consecução de objetivos definidos, geralmente calcados na reestruturação socioeconômica que definirá novas territorialidade onde o poder local constitui o eixo condutor. É evidente que o desenvolvimento endógeno não significa isolamento , pois as trocas com o entorno próximo ou distante são fundamentais para a realimentação do sistema.

O esquema analítico de Moreno sobre o desenvolvimento local no espaço rural



Quanto ao

A	modelo	E	à via instrumental
B	modo	F	domínio ou abrangência social /
C	sentido axiológico	G	setor ou ramo de atividade
D	ideal		

Fig. 1 – O «desenvolvimento» na perspectiva social:
uma classificação dos atributos mais comuns

Fonte: Moreno, 2002, s/p.

de Portugal sinaliza a complexidade de atributos que , atuando em ação e interação recíprocas, materializam-se no espaço, em diversas escalas geográficas , do local ao regional.

Alguns autores brasileiros, dentre os quais se destacam Veiga e Abramovay tem trabalhado com o tema do desenvolvimento com base local preferindo, entretanto, o uso do adjetivo territorial o que não isenta de toda a confusão gerada pelo problemas da escala geográfica. Talvez o termo territorial seja mesmo mais adequado, considerando que na noção de território esta implícito o

exercício de algum tipo de poder, poder no caso das comunidades sobre o seu território – daí a importância dos atributos empoderamento ou *empowerment*. Surge então a ideia do pacto territorial da comunidade que significa a apropriação e valorização dos recursos materiais e imateriais do território num projeto de desenvolvimento auto-centrado, através de um movimento participativo e articulado dos diversos segmentos sociais, visando a eficiência econômica, a prudência ecológica e a preservação cultural que culminem com a justiça social.

- *Um breve histórico do desenvolvimento local*

A literatura internacional segundo Moreno (1999 e 2001) costuma balizar as origens do movimento de desenvolvimento local na França, a partir da descentralização administrativa em 1981, processo que veio ter uma influência decisiva na reorientação da política da União Europeia.

Ao findar o século XX países como Portugal, França, Itália, Alemanha, Reino Unido, aderem à regionalização com fins administrativos, enquanto Bélgica, Espanha e Grécia, mais avançados neste processo, se dividem regionalmente em províncias autônomas, “enfraquecendo” o poder do Estado-nação.

O movimento do desenvolvimento local faz-se acompanhar de diferentes formas de descentralização e de intervenções programadas, numa perspectiva de valorização territorial seletiva, em que o próprio território se torna um recurso. Tal processo vem influenciar a reforma da PAC (Política Agrícola Comum) e a adoção de sucessivas medidas de (re)valorização do mundo rural por parte das políticas da EU (União Europeia), onde o desenvolvimento tecnológico assume grande significado, valorizando-se a informação na forma dos saberes tradicionais locais, elemento fundamental de adaptação e de flexibilização, funcionando como elemento de contraponto às dinâmicas empresariais.

Segundo Moreno (2001) o movimento de desenvolvimento local afirma-se na França, a partir da descentralização administrativa em 1981, culminado por assumir uma influência decisiva na reorientação na política europeia, ao alimentar a ideologia da emancipação das pessoas e dos territórios por (re)aquisição de poder - empoderamento –(empowerment na língua anglo-

saxonica) de uma perspectiva de responsabilidade solidária , interpessoal e interterritorial.

Na América Latina as teorias sobre as quais se fundamenta o ideário do desenvolvimento local , seguidas de praticas sociais inovadoras , colocam em destaque a dimensão humana do desenvolvimento com o objetivo de valorização das pessoas em sua plenitude, ou seja, pressupondo-se o crescimento econômico não como fim , mas como meio de atribuir dignidade as pessoas. Esta mudança de paradigmas para alavancar o desenvolvimento pressupõe ,portanto, entre outras coisas a gestão compartilhada do território, ponto pacífico em quase todos os autores que trabalham com o tema.

Se considerarmos os movimentos reivindicatórios das chamadas *comunidades de base* podemos afirmar que as raízes do desenvolvimento local são antigas na América Latina, onde , durante os regimes militares, houve importantes movimentos sociais urbanos , cujos resultados foram exitosos particularmente em regiões metropolitanas brasileiras, só para mencionar um exemplo.

Estas estratégias funcionam no sentido do fortalecimento das democracias abaladas por governos totalitários. Reivindicam direitos humanos inalienáveis , dentre eles o respeito à mulher, à multiplicidade racial , étnica e religiosa, aos grupos minoritários, às crianças, aos idosos . É na esteira destes movimentos que é gestada a ideologia do desenvolvimento com base local.

É bem possível que haja uma ponte entre estes movimentos e a teoria de desenvolvimento sustentável, formulada quase concomitantemente. A discutida noção da sustentabilidade , desde a sua divulgação , em 1987, através do documento *Our Common Future* , se fundamenta basicamente em três princípios : eficiência econômica, combinada com prudência ecológica e justiça social.

Assim todas as formulações teóricas sobre desenvolvimento , a partir da Eco-92 (Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento) , expressam a importância da mobilização das comunidades locais em todo projeto que objetive o desenvolvimento socioespacial, cuja expressão tangível é o território.

Nos anos 80 já começa a se generalizar o investimento na valorização multifuncional do território, particularmente no meio rural (Moreno, 2002), na emancipação criadora dos indivíduos, no sentido de atribuir às pessoas a co-responsabilidade sobre o futuro das coletividades e dos territórios correspondentes. Tem como objetivo precisou compensar a fraqueza cada vez maior das regulações políticas nacionais ou supranacionais, não garantindo-se mais o mínimo de condições sociais, como emprego, seguridade social e os serviços básicos como saúde, educação, moradia, saneamento básico, transporte.

Emerge a necessidade de reformulação de políticas em busca de maior articulação interna, de capilaridade regional, estimulando a inovação social na medida em que se incentiva o empreendedorismo que conduz ao protagonismo ao colocar-se em prática o planejamento, a co-gestão, a programação, a parceria e a avaliação freqüente dos resultados, para a reorientação dos projetos quando for o caso.

No Brasil a escala local, expressa-se freqüentemente pelo recorte municipal no cenário regional. Toma força significativa pela descentralização administrativa da Constituição Brasileira de 1988 a qual empresta aos municípios prerrogativas nunca antes atribuídas.

Passada pouco mais de uma década é ainda prematuro fazer um balanço de todo este processo, mas juntando as peças compõe-se um cenário que nos conduz a acreditar que tudo nada mais foi do que um bem articulado plano do grande capital de desmonte do aparelho do estado com o intuito de abrir caminhos para o livre fluxo de capitais, de um lado, e de outro lado a gradativa isenção das responsabilidades sociais do estado, desviando o montante da arrecadação de recursos tributários para preparar os territórios na montagem das infra-estruturas necessárias para a implantação dos grandes projetos das firmas transnacionais. É só examinar um sem número de projetos do BIRD e do BID para constatar que o discurso do desenvolvimento local figura em quase todos os documentos.

Este processo é particularmente visível em grandes regiões dos países periféricos, onde há enormes espaços que até então funcionavam como espaços de reserva de valor, como quase todo o litoral nordeste do Brasil, hoje

totalmente em vias de valorização através de novas territorialidades desenhadas pelo setor do turismo.

4. O pacto territorial como pilar do desenvolvimento com base local

A injustiça estrutural que marcou os modelos de crescimento econômico até muito pouco tempo, consiste na incapacidade de articular e conjugar as três dimensões fundamentais e vitais do ser humano : a sua individualidade , o que o diferencia e afirma em relação ao outro; a sua dimensão coletiva – que o aproxima e solidariza com os diferentes; e a sua intimidade com a natureza que podemos chamar de consciência ecológica . Os atuais projetos de desenvolvimento ainda não têm conseguido a integração eficiente entre estas três dimensões.

Um dos caminhos apontados é o desenvolvimento com uma base territorial precisa é através do pacto territorial . Este instrumento se aplica com a identificação e tentativa de solução de questões urgentes a fim de mudar rapidamente quadros conjunturais futuros , portanto se pauta por estratégias imediatas, integradas e a curto prazo.

Os sujeitos do desenvolvimento terão como meta a valorização de todos os atributos de um dado território, pautando-se pelo *pacto territorial* (Casaroto Filho e Pires (1998, p. 100) , cuja escala de ação pode extrapolar as fronteiras municipais, podendo ser composto por uma associação de municípios , cuja ação não será baseada na competição , mas sim na complementaridade .

No pacto territorial estabelece-se um desenho de cenários tendências – prováveis e desejáveis – expressando um projeto coletivo, onde os sujeitos locais engajados numa rede de relações estabelecem vínculos de cooperação.

Criar, adquirir, acumular, usar e transmitir o conhecimento ‘e fundamental para a cooperação, pois o conhecimento socialmente transmitido contribui no processo de aprendizagem coletivo. As palavras de ordem são protagonismo, criatividade e solidariedade, ações que vão marcar o empreendedorismo , mobilizando o que chama-se de *capital social*.

Veiga (2002) , reportando-se ao tema , tendo como foco a experiência italiana, refere-se a Sebastiano Brusco que sintetiza três aspectos essenciais do empreendedorismo nos Local Productive Systems (SPL) , relativos aos distritos industriais , que são:

- a necessidade de combinar concorrência com cooperação;
- a necessidade de combinar conflito com participação e
- a necessidade de combinar conhecimento pratico com conhecimento científico.

Enquanto o planejamento no seu sentido tradicional pode vir de cima para baixo, como foi durante todo o regime autoritário da ditadura militar no brasil e em diversos outros países da América Latina, , o planejamento o na sua versão contemporânea não se concebe sem a participação efetiva dos sujeitos locais e é através dele que se desenha o território e que este se consolida.

No planejamento estratégico deve-se explorar as vantagens comparativas que baseiam-se na existência de recursos que os outros não têm e criar vantagens competitivas que são pensadas pela comunidade – são estas que representam o diferencial.

Segundo Friedman (1996, p. 87) “duas condições básicas gerais influenciam o controle de uma comunidade sobre o seu espaço de vida:

1.a responsabilidade do Estado perante a comunidade e

2. a capacidade de a comunidade exercer um controle efetivo sobre a esfera de mercado dentro do seu próprio território”. Estas duas condições culminam na autogestão territorial, expressa pelo pacto territorial que não se esgota no município , mas se articula através de um desenho em rede que se assemelha à urdidura da região, tão cara aos geógrafos.

A comunidade deve batalhar para a criação de uma marca – única e diferente dos outros. Trata-se de compor a imagem de um produto desejado e de trabalhar incansavelmente para que o desejo seja efetivado, para que o sonho se concretize, para que o projeto tenha capilaridade regional Significa portanto uma aposta na ‘utopia experimental’ de Lèfebvre. “Vivre, travailler et décider au pays” , eis o slogan dos movimentos franceses do início dos anos 80 (séc. XX) em prol da descentralização político-administrativa do país.

- Entre o modelo tecnocr'atico hegemônico e o modelo humanista

PROPOSTA ECONOMICISTA

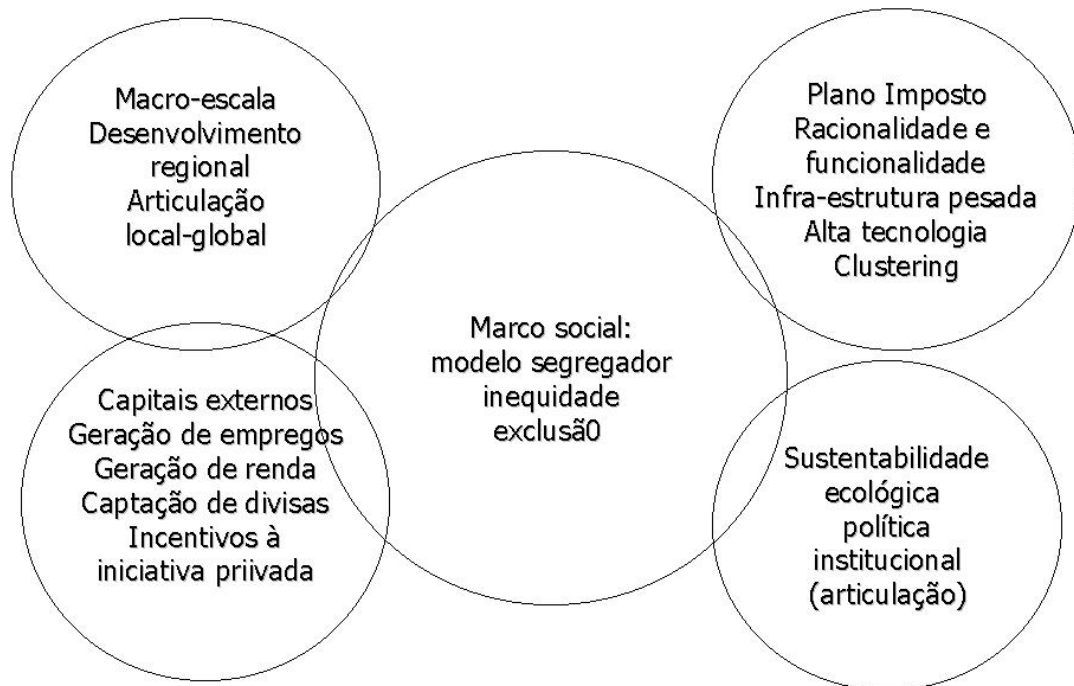


FIGURA 2 – Modelo Economicista

O turismo como atividade monopolista manifesta-se em países pobres e emergentes não somente na inversão direta de capitais, mas também por benefícios outorgados pelo estado a empresas estrangeiras, as quais sem investir em infra-estrutura básica obtêm grandes facilidades para a implantação dos seus equipamentos, como resorts, grandes hotéis, parques temáticos. Esta prática de implantação de equipamentos turísticos na América Latina, entre os quais o exemplo de Cancun é um dos mais conhecidos, dá-se pela valorização dos atrativos tropicais sob o signo sol e praia.

No Brasil este modelo está sendo implantado com grande força na região Nordeste, através do Programa denominado PRODETUR-NE, desde o início dos anos 90 (sec. XX) sendo responsável por uma grande transformação na valorização do território, produzindo-se novas territorialidades que se

expressam na paisagem através de formas estandardizadas, sendo evocadas como o Caribe brasileiro.

Este tipo de implantação, que denominamos modelo tecnocrático, pode ser esquematizado na figura 1, com o escopo de sinalizar suas características básicas.

- do ponto de vista geoestratégico esta comprometido com a articulação local-global, sendo planejado para a atuação em larga escala embora no discurso oficial esteja vinculado ao chamado desenvolvimento regional;
- do ponto de vista econômico é alimentado basicamente por capitais externos, promete geração de emprego e renda, captação de divisas, voltando-se principalmente para a demanda turística internacional, ofertando incentivos a iniciativa privada, inclusive isenção de tributos, em alguns casos;
- do ponto de vista técnico resulta de um planejamento imposto, baseado na racionalidade e na funcionalidade, necessitando de infra-estrutura básica, exibindo alta tecnologia e levando a constituição de clusters a fim de adensar em escala reduzida os recursos financeiros e técnicos visando a reprodução ampliada do capital investido;
- do ponto de vista ambiental promete a sustentabilidade em suas diversas dimensões, em particular a ecológica, que via de regra é desconsiderada;
- do ponto de vista social, trata-se de um modelo de turismo segregador e excludente, tanto para a demanda de menor poder aquisitivo, quanto para a população aloctone, que freqüentemente é alijada do processo, sendo mobilizada eventualmente como força de trabalho para postos não especializados.

Modelo humanista – uma proposta centrada no indivíduo enquanto sujeito do desenvolvimento

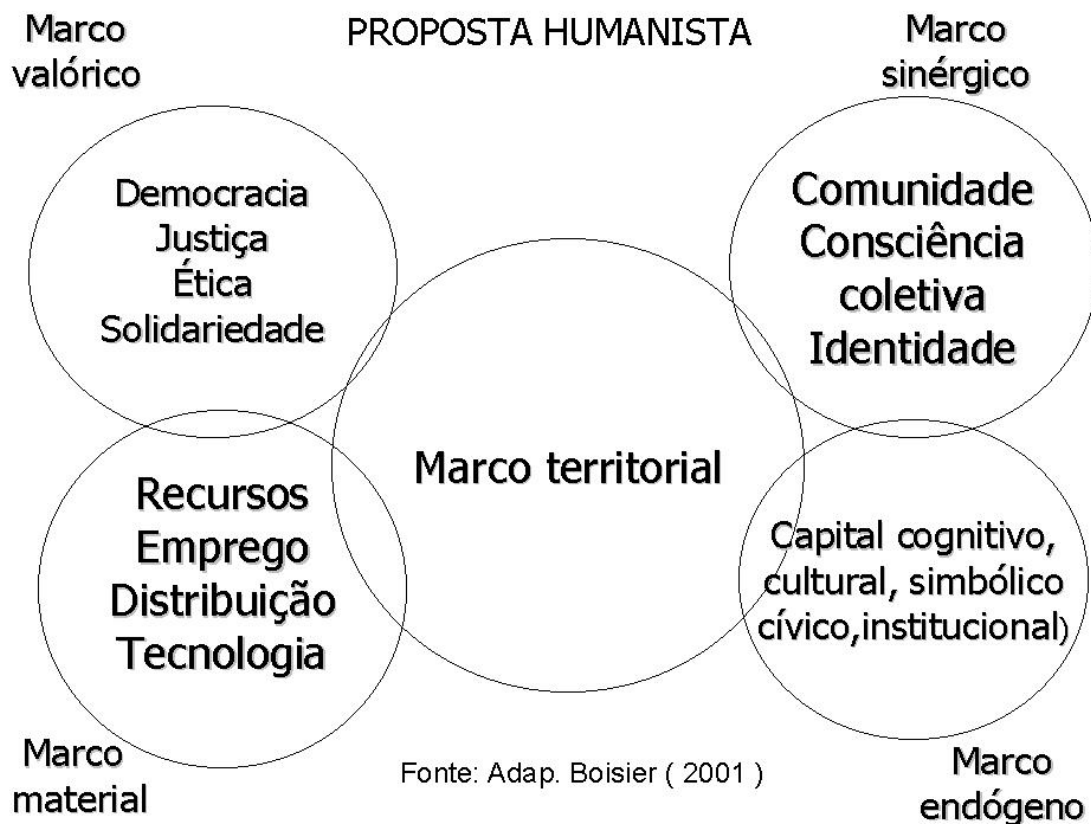


FIGURA 3 – Modelo Humanista

Como coroamento da proposta de desenvolvimento com base local, alavancado pelo turismo, só entendemos um projeto que atribua poder a população residente, que deve estar engajada no processo desde o seu início.

A fim de fundamentar esta proposta valemo-nos do modelo de Boisier (2001) apresentado como sendo uma estrutura conceitual para o desenvolvimento, fundamentado em quatro marcos que denomina: marco valorico, marco instrumental, marco endógeno e marco sinérgico. O autor coloca no centro do conceito de desenvolvimento a valorização do ser humano enquanto pessoa humana, sinalizando como requisito fundamental a possibilidade de todo indivíduo alcançar sua plena dignidade como sujeito do desenvolvimento , elegendo os valores: liberdade, democracia , justiça, Ética, estética, solidariedade como decisivos (Boisier, 2001, p. 24) Na figura 2 apresentamos um modelo adaptado do autor que tem o turismo com base local , como

atividade econômica e como prática social, como alavanca do desenvolvimento na escala humana , usando o rótulo de Max - Neef , Elizalde e Hopenhayn (1984).

A proposta tem como centro o marco territorial como recorte espacial, perseguindo-se a sustentabilidade em todas as suas dimensões, apesar de termos sempre manifestado uma certa desconfiança em torno da expressão desenvolvimento sustentável que, como rótulo, é empregada de maneira generalizada podendo significar , de acordo com quem a utiliza , apenas falácia ou engodo.

Porém não resta a menor dúvida que é uma expressão que do ponto de vista semiológico tem uma abrangência monossêmica, unificando todo discurso sobre desenvolvimento. Na prática, porém, há que entendê-la com reservas.

É mais ou menos consensual que o desenvolvimento com base local, assenta-se sobre três pilares:

1. parece ser um contraponto e paradoxalmente um reforço e complementação ao processo de globalização da economia, caracterizada pelo poder hegemônico em escala transnacional;

2. implica numa mudança cultural , tanto dos políticos, quanto da população local, exigindo uma abrangente participação coletiva baseada na conscientização, na solidariedade e no empreendedorismo.

3. defende a sustentabilidade em todas as suas instâncias , proposta de Sachs (na sua teoria do ecodesenvolvimento - 1993) e de Guimarães (1996) .

Partindo destes autores, com alguns aportes novos, as dimensões da sustentabilidade para fins analíticos seriam:

- sustentabilidade ecológica no sentido natural – refere-se à base física do território, ao uso e conservação do patrimônio natural , mobilizado pelas atividades produtivas. No caso do turismo é também conhecida como capacidade de suporte de um determinado ecossistema, particularmente em áreas relativamente preservadas , objeto de roteiros ecoturísticos. Pretende dar

conta do uso racional dos recursos renováveis e não renováveis , onde a água é hoje considerada um recurso em extinção no planeta. Outros dois temas de relevância merecem alusão : o dos depósitos de resíduos sólidos e o do destino dos efluentes orgânicos –em outras palavras do lixo e do esgoto. Há que pensar nos *ecolodges* da Amazônia e do Pantanal , cujo problema do lixo e do esgoto está sendo escamoteado;

- sustentabilidade espacial – que procura otimizar a distribuição territorial dos empreendimentos , com vistas à correção da dicotomia rural-urbano que cada vez mais deixa de ter significado;
- sustentabilidade demográfica - há que considerar a evolução da população com previsões para amparo à juventude e à terceira idade, estratos estes que estão se avolumando de forma antes inimaginável;
- sustentabilidade política – pretende dar conta do processo de construção da cidadania e da apropriação do poder de decisão - empowerment – com o fortalecimento da sociedade civil organizada. Fala-se inclusive na adoção de Os (Organizações Sociais) que seriam instâncias de transição entre o poder público e a sociedade civil;
- sustentabilidade econômica – onde a eficiência não diz respeito apenas à macroempresa, mas também aos pequenos empreendimentos que devem ser amparados por linhas de crédito especiais. Há que sempre perseguir a transparência de intenções, mesmo em se tratando de ONGs;
- sustentabilidade social – refere-se à equidade na distribuição dos recursos , particularmente em projetos implantados pela comunidade, com ou sem auxílio de agentes externos, com maior ou menor endogenia;
- sustentabilidade cultural – é imprescindível nos projetos de turismo procurar a valorização da dimensão cultural , um rico patrimônio a ser conservado , não com base no ideário romântico do seu engessamento, mas como um culto às raízes no sentido de conservação da memória coletiva. O processo de concepção de projetos futuros perpassam pela mudança da mentalidade

visando ao engajamento efetivo e o crescimento da auto-estima individual e grupal;

- sustentabilidade institucional – com o fortalecimento das instâncias microterritoriais sem perder de vista outras escalas. São importantes as parcerias entre o poder público, o empresariado, as instituições de ensino, tanto técnicas como acadêmicas, que poderiam funcionar como importantes parceiros nos seus projetos de extensão como, por exemplo nos de incubadoras de empresas, por exemplo;

- sustentabilidade jurídica – a assistência jurídica é fundamental em todos os empreendimentos tendo em vista que muitos deles em turismo são absolutamente ilegais, como a privatização de praias, margens de rios, espelhos d'água, como pousadas construídas sobre palafitas;

- sustentabilidade planetária – diz respeito aos problemas que extrapolam os limites do Estado-nação mas são de responsabilidade mundial, como por exemplo o Protocolo de Kioto, de onde emana o projeto de seqüestro de carbono. Infelizmente os atentados terroristas de 11 de setembro estão mostrando as fragilidades da comunidade planetária. Todos os esforços empreendidos por grandes fóruns mundiais para a manutenção da vida no planeta com a proteção da biodiversidade e da sociodiversidade (a Carta da Terra, a Agenda 21) se mostram absolutamente impotentes quando emerge a questão do bioterrorismo e a ameaça do uso de armas nucleares.

Como marco valorico colocamos a democracia, a justiça, a ética e a solidariedade, entendendo que o ser humano, como indivíduo e como sujeito coletivo vive em sociedade e tem antes de tudo um compromisso com os seus semelhantes.

Como marco material ou instrumental coloca-se os recursos materiais, as condições de pleno emprego com dignidade, a distribuição eqüitativa dos benefícios e o uso de tecnologias geradas de baixo impacto, com o incentivo ao resgate dos saberes tradicionais, elementos fundamentais para o turismo rural.

Como marco endógeno há que valorizar o capital cognitivo, cultural, simbólico, valorizando-se a memória coletiva. Aqui também coloca-se os valores cívicos e

institucionais, sinalizando que neste modelo é imprescindível a participação do Estado, pois não se prega o desrespeito às instituições, não se confundindo com o anarquismo, muito pelo contrário, o setor público é fundamental para dar respaldo material e jurídico, dentre outros.

Um modelo de desenvolvimento centrado no local, enquanto espaço de apropriação comunitária e, portanto, de vida coletiva, tem que buscar a sinergia para reprodução e capilarização das ações, para tanto, o marco sinérgico e dos mais importantes, pois é através dele que se mobiliza toda a comunidade, formando-se a consciência coletiva que atribui identidade ao grupo e ao projeto.

Neste particular é fundamental o empreendedorismo, que faz dos territórios ambientes inovadores. Para Veiga é preciso que os territórios possuam um mínimo de condições favoráveis em termos de comunicações e de serviços, e sobretudo contem com recursos que estimulem o empreendedorismo. O autor sinaliza que “afinal são os empreendedores os principais agentes de mudança econômica, pois são eles que geram, disseminam e aplicam as inovações” (Veiga, 2002, p.9).

5. O Estado – um parceiro que não deve ser descartado

Não se pode esquecer que o Estado não é um adversário, muito pelo contrário, continua a ser o maior parceiro nos projetos de ecoturismo e de outros rotulados de turismo com base local. Frente aos programas sob iniciativas de ONGs parece haver uma indiferença por parte do Estado, isto quando não se desencadeia um conflito. O esforço das ONGs, em que pese suas diferentes intenções e ações, é em muitos casos uma forma alternativa de controle social, que tende a ser vista pelo Estado não como complementar, mas como substitutiva, isentando-o de seus deveres.

Muito pelo contrário, o Estado deve ser cobrado através de movimentos sociais organizados, onde se exerce a cidadania com clareza e objetividade, evitando-se confrontos sempre desgastantes. Vincular as reivindicações ao processo eleitoral é sempre uma forma eficaz de participação.

Baseando-nos em Friedman (1992, p. 172), com algumas adaptações , um estado politicamente progressista deve em princípio:

- criar um espaço político e administrativo no qual as reivindicações da sociedade organizada possam ser ouvidas;
- mediar e tentar resolver situações de conflito, através de instrumentos legais de representação , tais como: referendos, plebiscitos, audiências públicas, conselhos (consultivo e/ou deliberativo) , comitês;
- promover novos instrumentos jurídicos, sempre que necessários, para facilitar o processo do desenvolvimento com base local , que deve ser contemplado na Lei Orgânica Municipal;

O consenso nos leva a desconfiar dos verdadeiros propósitos do desenvolvimento local . Como pode servir de bandeira uníssona para os mais diversos segmentos sociais? Experiências têm demonstrado que desenvolvimento local pode se dar através da ingerência de atores externos , enquanto o desenvolvimento com base local seria, de fato, a sinergia que conduziria a uma melhoria da qualidade de vida das comunidades na micro-escala , melhoria esta que incluiria como princípio a conservação ambiental.

Para finalizar aqui apenas levantaremos a velha bandeira da satisfação das necessidades humanas , que enquanto estiverem restritas aos bens materiais , sempre conduzirão à inclusão de uns em detrimento de outros. Na obra feliz de Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn chamada *Desarrollo à Escala Humana* (1986) a ótica do desenvolvimento parte da matriz da satisfação das necessidades básicas que são : subsistência, proteção, afeto, entendimento, participação, criatividade, identidade e liberdade e ócio (p. 58-64). Segundo os autores as necessidades humanas não são finitas e inescrutáveis e mais são iguais para todos os seres humanos, independente da sua etnia, raça , credo religioso, sexo e classe social.

6. Bibliografia

ABRAMOVAY, Ricardo . “Sete desafios para o desenvolvimento territorial”. São Paulo: Fundação Lyndolpho Silva- BNAF – Banco Nacional da Agricultura Familiar, 1999.

ABRAMOVAY, Ricardo. “O capital social dos territórios : repensando o desenvolvimento rural”. IV Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política, : Porto Alegre, 01-14/a6/99.

BOISIER, Sérgio. Sociedade del conocimiento, conocimiento social y gestión territorial. Revista Interacciones:Campo Grande, UCDB, vol 2, no. 3,,p.9-28, set. 2001.

BRANDON, Katrina. “Etapas básicas para incentivar a participação local em projetos de turismo de natureza”. In: Kreg Lindberg e Donald E. Hawkins (orgs.).*Ecoturismo. Um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: SENAC, 1995. p. 225-256.

BUGLASS, Leida Azócar de. “Ecoturismo? Una alternativa de desallorro sostenible?” In: Xavier Izko (org.) *Ecoturismo en el Ecuador. Trayectorias y desafíos*. Quito: Probona- UICN, 1995. p. 9-54.

CASAROTO FILHO , Nelson e PIRES, Luís Henrique. Rede de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local – *Estratégias para a conquista de competitividadeglobal com base na experiência italiana*. São Paulo: Atlas, 1998.

COULMIN, Pierre. *La décentralization*. Paris: Syros et Adels, 1986.

DICTAMEN - Documento sobre “El desarrollo local en la política regional comunitária” de 25 de outubro de 1995 – do Comité Economico y Social de las Comunidades Europeas, portanto de uma comissão no seio da União Européia.

CRUZ, Rita de Cásia Ariza da. “Políticas Públicas de Turismo no Brasil: significado, importância, interfaces com outras políticas setoriais”. In: SOUZA, Maria José (org.) . *Políticas Públicas e o lugar do turismo*. Brasília , Universidade Nacional de Brasília, 2002. p. 13-24.

FRIEDMANN, John. *Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo*. Oeiras: Celta Editora, 1996.

GARCIA de FUENTES, Ana. Cancún : turismo y subdesarrollo regional. Mexico: Universidade Nacional Autónoma de México, 1979.

HALL, Peter . *International urban systems*, Working Paper 514, Berkeley, University of California, Institut of Urban and Regional Development, 1990.

HALL, Peter. *Cities of Tomorrow*. London: Bart Blackwell, 1988.

HIERNAUX, Daniel (org.) . *Teoría y Praxis del espacio turístico*.México: Universidade Autónoma Metropolitana de Xochimilco, 1989.

- MARTINS, Sérgio Ricardo Oliveira. Desenvolvimento Local: questões conceituais e metodológicas. *Revista Interações*. Campo Grande, UCDB, vol. 3, no. 5, set. 2002. P.51-59.
- MAX-NEEF, Manfred et al. – *Desarrollo à escala humana*. Montevideo: Editorial Nordan-Comunidad, 1993.
- MORENO, Luis – *Desenvolvimento Local em Meio Rural. Caminhos e caminhanças*. Lisboa, Universidade de Lisboa- Faculdade de Letras, 2002.
- MORENO, Luís – *Desenvolvimento local em áreas rurais*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 2001. Inédito.
- MORENO, Luís. “Desenvolvimento rural em obras: das raízes na utopia aos ramos de abordagem.” In: Cavaco, Carmina (org.) *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia*, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos- Universidade de Lisboa, 1999.
- RODRIGUES, Adyr Balastreri. “Desenvolvimento com base local como bandeira de uma política de emancipação e afirmação”. In: In: SOUZA, Maria José (org.) . *Políticas Públicas e o lugar do turismo*. Brasília , UNB, 2002. p. 8-12.
- RODRIGUES, Adyr Balastreri . *Turismo e Espaço. Rumo a um conhecimento transdisciplinar*. São Paulo: Hucitec, 2002. 3^a ed.
- RODRIGUES, Adyr Balastreri (org.). *Turismo e Desenvolvimento Local*. São Paulo: Hucitec, 2001.2^a ed.
- RODRIGUES, Adyr Balastreri . “Percalços do Planejamento turístico: O Prodetur –Ne”. In: *Rodrigues, Adyr Balastreri (org.)* São Paulo: Hucitec, 1996. p. 147-162.
- RODRIGUES, Adyr B. “Natureza e método de análise do espaço do turismo.” In: Souza, Maria Adélia (org.) *O mundo do cidadão. Um cidadão do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 318-330.
- SANTOS, Milton. *Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo, Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton – *Por uma outra globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- YORY, Carlos Mario . “La planificación estratégica y la participación de los actores sociales locales”. *Revista Interações*, UCDB, MS, 2000. Vol. 1, no. 1, p. 31-40.
- VEIGA, José, Eli da . A face territorial do desenvolvimento. *Revista Interações*. Campo Grande: UCDB, vol. 3. no. 5, set. 2002, p. 5-20.